

Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)"

*Alocução da abertura proferida pelo Vice-Presidente da República,
Senador Marco Maciel*

Patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), foi realizado, na sede do primeiro, dias 6, 7 e 8 de outubro, o Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)". Paralelamente, no mesmo local, foi organizada uma exposição, reunindo farta documentação, fotografias e objetos ligados à insurreição ocorrida no sertão da Bahia no fim do século passado.

Durante o Simpósio, foram enfocados diversos dos seus aspectos, através da apresentação e debate de comunicações individuais e de um painel, bem assim da projeção do vídeo *Canudos: cem anos de história*.

As comunicações abordaram os seguintes temas: *Canudos e o florianismo jacobinista; As duas últimas expedições a Canudos; A medicina em Canudos; João Pondé e a campanha de Canudos; Gaúchos na guerra de Canudos; Canudos na perspectiva da ciência; Canudos: uma comunidade messiânica; Aspectos econômicos de Canudos; Reflexões à margem de Canudos; Expedições policiais a Canudos; Canudos e o atentado do Calabouço; e As últimas imagens da guerra de Canudos.*

Intitulado *Canudos: contexto, percepções e versões*, o painel apresentou e discutiu os temas: *A força da tradição/movimentos milenaristas/contextualização de*

Canudos; Ação e repercussão de Canudos e Canudos: uma avaliação historiográfica.

O Simpósio foi aberto pelo Vice-Presidente da República, Senador Marcos Maciel, e encerrado pelo Presidente do IGHMB, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho. As apresentações e debates contaram com a participação de selecionado grupo de historiadores, historiógrafos, intelectuais e estudiosos do assunto.

Transcreve-se, a seguir, o texto da alocução proferida pelo Senador Marco Maciel:

Quero congratular-me com a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do seu congê-

nera de Geografia e História Militar, pela iniciativa deste Seminário. Avaliar o Brasil, repensar o processo histórico e fazer uma reflexão sobre a nossa revolução política, econômico-social e cultural é uma tarefa desafiadora neste fim de século e no advento do milênio que se aproxima.

Examinando a comemoração das grandes efemérides brasileiras, pude notar as circunstâncias dramáticas em que o Brasil celebrou o centenário de nossa Independência, em 1922, em que a participação do Instituto Histórico foi fundamental, com a realização do primeiro Congresso da História da América. Vivíamos uma quadra extremamente difícil do governo Epitácio Pessoa, e a própria Exposição Internacional daquele ano se consumou em pleno estado de sítio. Mas, nem por isso, a consciência crítica do País deixou de se exercitar com resultados que hoje sabemos representaram um marco decisivo na modernização institucional e na revolução intelectual que, segundo Gilberto Amado, representou "o renascer do Brasil dentro de nós".

Empenhei-me muito para que comemorássemos

também, na forma de uma grande reflexão, o centenário republicano de 1989. Fui, inclusive autor de requerimento no Senado Federal, em 1983, que ensejou uma comissão incumbida de preparar os festejos. Lamentavelmente, o ano de 1989 não foi dos mais tranquilos em nossa conjuntura política e o 15 de novembro terminou coincidindo com o primeiro turno das eleições diretas para Presidente da República, o que seguramente contribuiu para que as comemorações oficiais não tivessem a participação desejada. Perdemos, assim, uma grande oportunidade para avaliarmos os cem primeiros anos de nossa República. Por isso, faço votos que as comemorações dos 500 anos do nosso descobrimento, que serão celebrados no emblemático ano 2000, não padeçam das mesmas circunstâncias de 1989 e possamos, como em 1922, realizar um grande debate nacional.

Estou muito esperançoso de que assim seja, porque vejo a sociedade e o governo se mobilizando nesse sentido. Entendo que estamos, na realidade, reconquistando, com iniciativas como esta, espírito crítico

da sociedade brasileira sobre a discussão não só do nosso passado, mas também, como escreveu Tavares Bastos, das "esperanças do futuro". Concordo com Monteiro Lobato, quando cunhou a significativa frase de que "uma nação se faz com homens e livros", mas também entendo que a capacidade crítica e de análise faz parte desse patrimônio da humanidade que é a consciência histórica de cada geração. O homem, não é só o homem, mas como dizia Gasset, "é também sua circunstância". E quando mudam as circunstâncias, também mudamos com elas.

Já me referi às circunstâncias da comemoração dos centenários da Independência e da República. E gostaria de assinalar o paralelismo que há, em nosso processo histórico, com relação aos cortes decisivos de nossa evolução política. A Independência, sem dúvida, a cesura mais importante de nossa vida como nação, foi seguida de um período de profundas perturbações que terminaram traçando o inexorável destino do primeiro reinado e o divórcio definitivo entre a opinião pública e as lideran-

ças nacionais, e o Imperador, em consequência da dissolução da primeira constituinte, a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte do Império do Brasil, como então se chamava. Não vou usar critérios de valor, até porque a história não é a minha especialidade, mas, como político, parece-me que a circunstância de se ter concedido poderes constituintes e de legislatura ordinária à primeira assembléia política, talvez tenha sido o único, senão o mais consequente erro dos que fizeram a Independência e sonharam em transformar a Monarquia em um regime constitucional.

Minha avaliação decorre de duas circunstâncias. A primeira é que esse equívoco provocou outros enganos fatídicos em nossa história constitucional. Nenhuma das constituintes subseqüentes foi uma constituinte exclusiva. Todas, sem exceção, transformaram-se, com o concluir da tarefa de elaboração constitucional, em legislaturas ordinárias. A segunda é a constatação de que os dissídios entre os poderes do Estado se agravou a partir da queda do Gabinete José Bonifácio e o tratamento político dado pela

Assembléia aos fatos políticos que, a rigor, nada tinham a ver com o processo de elaboração constitucional. Na medida em que a Assembléia tomou providências que eram da competência legislativa ordinária, estava estabelecido o conflito. O intervalo de nove anos, entre a Independência e o 7 de abril, não foi mais do que uma pausa para que se armassem os dois lados para o confronto final.

O que se passou com a proclamação da República? Exatamente um processo similar e paralelo. O erro foi o mesmo. O Congresso Constituinte não teve poderes de legislatura ordinária, é verdade, mas foi em seu seio, por via indireta, eleito o primeiro Presidente, o Marechal Deodoro, para o primeiro período constitucional, e demonstrou o poder da oposição, escolhendo seu representante Floriano, Vice-Presidente, que terminou impossível a convivência do Marechal com o Congresso de maioria oposicionista. O 11 e 21 de novembro de 1891 foram resultados inevitáveis desse conflito que se armou como se fosse entre poderes do Estado.

A polêmica tese do professor José Honório Rodri-

gues, sócio ilustre deste Instituto, de que o 7 de setembro foi a contra-revolução, e o 7 de abril a revolução da independência, poderia, se não fosse o seu caráter contestatório, ser igualmente aplicada ao movimento republicano, admitindo-se que o 15 de novembro de 1889 foi a contra-revolução republicana e o 15 de novembro de 1898 foi a revolução que efetivamente instaurou a República.

Não fosse abusar da paciência deste plenário, especialista no tema, gostaria de tentar aprofundá-lo. Não é para concorrer com a especialização dos sócios de dois dos maiores Institutos Históricos do País que estou aqui, mas apenas para abordar minha visão de político, sob o significado de Canudos. Certamente me perguntarão o que Canudos tem com essa espécie de coincidência numerológica ou cronológica, entre a Independência e a República. Pode parecer sem sentido, mas, na minha opinião, o paralelo é indiscutível.

O 7 de abril sepultou as esperanças do republicanismo brasileiro do século XIX, que foi tão vivo e tão eloqüente em Pernambuco, na medida em que a solu-

ção constitucional para a continuidade do regime monárquico foi decisiva para a consolidação da forma do Estado consagrada com o 7 de setembro. A insurreição de Canudos e a sua derrota definitiva, em 1897, sepultaram as esperanças de restauração monárquica no País. Desde o momento em que se consolidou, no governo de Campos Sales, sem qualquer outra contestação relevante, o sistema republicano que se inaugurou efetivamente com a República Velha e o fim do que Edgar Carone chamou de "Primeira República". Não examino aqui o homem e suas circunstâncias.

Até porque não é o Antonio Conselheiro que está em questão, mas o movimento que ele desencadeou. Atenho-me, por isso, apenas às circunstâncias. O messianismo do sertão brasileiro, que criou as condições para o surgimento dos beatos e dos conselheiros, está presente em toda a nossa vida republicana, em diferentes versões, de que o padre Cícero é outro marco cronológico importante, pela data de sua morte, que coincide, em 1930, com o fim da República Velha.

Não se pode atribuir, em minha modesta afirmação, intuítos monarquistas ao movimento de Canudos. Suponho, pois, pelo menos esta não foi a motivação nem a circunstância do surgimento do messianismo, comum à Monarquia e à República. Mas é inquestionável na República e provável na Monarquia que tanto a atuação do Padre Cícero quanto a de Antonio Conselheiro terminaram adquirindo forte e incontestável motivação política. No caso do Padre Cícero, todos sabem de seu envolvimento político, de que Floro Bartolomeu é figura central, ainda que de influência tão pouco estudada em nossa historiografia. E no caso do Conselheiro também, na medida em que, motivado ou não, terminou representando o movimento de contestação do poder republicano mais ostensivo e evidente, já que as insurreições políticas urbanas não adquiriram ou não assumiram conotações monárquicas, a não ser em breves e fugazes momentos, sem relevância histórica. Morto o Conselheiro, viveu a República. Morto o Padre Cícero, com ele morreu a República Velha. O fim de um é o início de outra fase

decisiva do processo político brasileiro.

O que desejo salientar é que, como político, não deixo de valorizar todas as demais circunstâncias de que resultaram o messianismo religioso. Da mesma forma, é também como político que deduzo a íntima associação entre messianismo religioso e duas etapas decisivas do fim do messianismo político, o início da República e o fim de uma velha República. Não posso deixar de reconhecer que o fenômeno não me impressiona e, mais do que isto, me faz entendê-lo e compreender as suas circunstâncias. Não hesitaria em dizer que, sem superar o episódio de Canudos, a República não se teria consolidado no momento em que o fez e com as características em que se realizou essa consolidação.

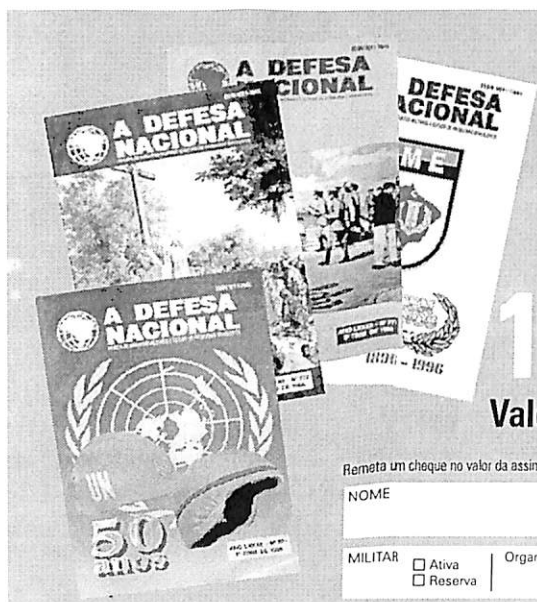
Sei que essa é apenas uma das vertentes de análise do movimento de Antonio Conselheiro e que ele deve ser abordado aqui neste Seminário, com todas as suas implicações que interessam ao processo de avaliação histórica. Quando, por exemplo, examinamos o papel do Exército, não podemos perder de vista o que estava em jogo naquele momento. Sei que o Estado-Maior do Exér-

cito foi fundado em 1896. O que não sei, mas gostaria de saber, a despeito da proximidade das datas, apenas um ano de diferença, é se existe documentação histórica das Forças Armadas relativa à avaliação política do movimento de Canudos. Se ela existir, creio ser um elemento de análise indispensável, para sabermos em que medida os militares que fizeram a República e que a sustentaram, viram em Canudos uma ameaça às novas instituições republicanas pelas

quais foram responsáveis. Mas esta é uma resposta que, infelizmente não eu, mas os Senhores poderão dar, como contribuição inestimável à reavaliação que aqui, em boa hora, neste Encontro, se consuma.

Estou certo de que quaisquer que sejam as conclusões a que chegar este Seminário, poderemos ter uma visão mais abrangente do que significou uma mobilização popular que, tendo início como um simples episódio de messianismo reli-

gioso, se transformou num épico histórico. As dimensões políticas de Canudos seguramente não escaparão à análise dos especialistas que vão trazer a este Seminário achegas certamente fundamentais para reavaliações históricas de que o Brasil tanto carece, neste momento de profundas e significativas transformações de sua evolução política, econômica, social e de profundas, embora ainda não adequadamente avaliadas, implicações culturais.



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista A Defesa Nacional para 1998

1 9 9 8
Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Remeta um cheque no valor da assinatura anual em favor da Biblioteca do Exército, constando no verso do mesmo sua finalidade

NOME _____

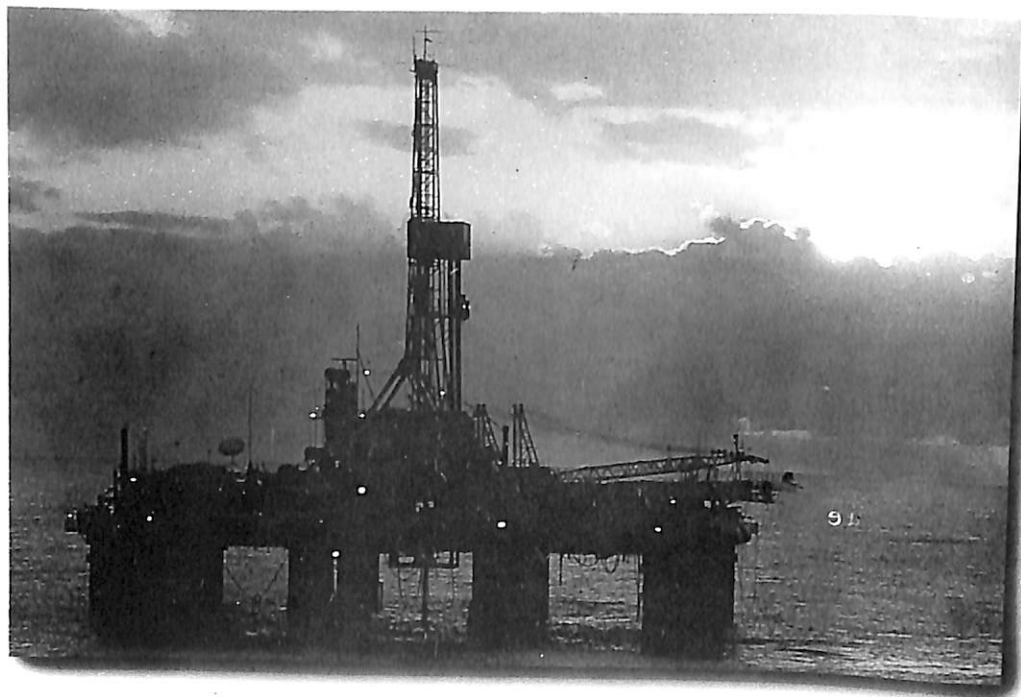
MILITAR	<input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	Organização Militar (OM)	CIVIL Profissão _____
---------	--	--------------------------	--------------------------

ENDEREÇO _____

CIDADE _____	UF _____	PAÍS _____	CEP _____
--------------	----------	------------	-----------

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
 Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Narcílio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260
 Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365
 Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@ism.com.br

TOQUE DE ALVORADA.



Antes do toque de alvorada, a Petrobras já está acordada. Ela está sempre alerta, marchando junto com as Forças Armadas, dando sua contribuição para o Brasil. Como fornecedora exclusiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a Petrobras vai aonde for preciso. Até mesmo às regiões mais distantes do Amazonas, onde ela faz o abastecimento por meio de barcaças. Seja no mar, na terra ou no ar, estamos sempre a postos.

BR PETROBRAS

Ministério
de Minas
e Energia


Brasil
EM AÇÃO